


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0019304-92.2007.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Usucapião - Propriedade**
 Requerente: **Espólio de Maria Helena Batista Ribeiro e outro**
 Requerido: **Fepasa Ferrovia Paulista Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Processo nº 1901/07

VISTOS

ESPÓLIO DE MARIA HELENA BATISTA RIBEIRO e
ESPÓLIO DE SILCERO MARTINS RIBEIRO ajuizaram **AÇÃO DE**
USUCAPIÃO ORDINÁRIA, aduzindo, em síntese, que vêm exercendo a posse
 ininterrupta, mansa e pacífica e incontestada do imóvel descrito na inicial
 desde 1984, tendo adquirido o bem mediante contrato de compra e venda que
 segue a fls. 31 e ss. Juntou documentos.

Manifestação do MP, deixando de intervir no feito, a fls. 154.

As fazendas foram intimadas e não se opuseram ao pleito
 (cf. fls. 68, 74 e 102).

As citações dos confrontantes e alienantes foram devidamente

0019304-92.2007.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

efetivadas (cf. certidão de fls. 174 e 181v) e nada requereram.

A fls. 157/158 os autores trouxeram declaração de anuência dos outros proprietários do imóvel.

Maria Dalva Krenn apresentou contestação alegando que o memorial descritivo apresentado a fls. 13/14 estava equivocado.

Foi determinada a realização de prova pericial, cujo laudo foi carreado a fls. 260 e ss.

Diante do falecimento dos autores, notificado a fls. 276, passaram a ocupar o polo ativo os Espólios de Maria Helena e Silcero.

Foram ouvidas testemunhas (fls. 235/239).

É O RELATÓRIO.**D E C I D O.**

O pedido formulado na petição inicial merece ser deferido. Os requisitos para a aquisição por usucapião ordinária encontram-se devidamente demonstrados nos autos.

O bem possuído pode ser objeto de usucapião, pois não é de domínio público nem constitui terra devoluta.

Durante os últimos 20 anos a posse não se viu contestada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com a inicial (fls. 31/33) foi exibido instrumento particular de compromisso de venda e compra firmado entre JOSÉ RUI NASCIMENTO e sua mulher ROSELI APARECIDA FERREIRA DO NASCIMENTO (vendedores) e MATUSALEM MARTINS RIBEIRO e MARIA HELENA BATISTA RIBEIRO (compradores).

A fls. 157/158 os autores trouxeram declaração firmada por Matusalem e Marize, declarando que concordam com o pedido de usucapião.

O exercício possessório, de acordo com os dados do processo, e o dito pelas testigos inquiridas, sempre foi manso, contínuo e ininterrupto além de ser atual.

A testemunha José Francisco disse que Maria Helena e Silcero faleceram e que atualmente o imóvel é ocupado pelo filho Paulo. Disse, ainda, que a “família” tem a posse **há 35 anos**.

Já a testemunha José Rui informou ser vizinha dos falecidos e que ambos ocuparam o imóvel por mais de 20 anos.

Por fim, a patrona de Maria Dalva P. Krenn, que representa o Espólio de Euclides Pulsinelli (que foi citado como confrontante), na audiência de instrução (fls. 235/239) manifestou-se estar concorde com o pedido dos autores.

Posto isso e pelo o que mais dos autos consta, **ACOLHO** a súplica inicial para declarar o domínio dos autores, ESPÓLIOS DE MARIA HELENA BATISTA RIBEIRO e SILCERO MARTINS RIBEIRO sobre o imóvel descrito no laudo pericial de fls. 260/270.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Esta sentença servirá de título hábil ao registro.

Sem custas, por ser os autores beneficiários da justiça gratuita.

Não incide imposto de transmissão "inter vivos" (TJSP AC 102.224-1 – Rel Dês. Flávio Pinheiro).

Com o trânsito em julgado, expeça-se o necessário mandado.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 12 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**